

1ª INSTÂNCIA

Dispensando Consuelo Iasmini Dutra de Miranda, PJPI 19.736-8, Oficial Judiciário C, especialidade Oficial Judiciário, efetiva da comarca de Belo Horizonte, a partir de 02/03/2020, da função de confiança de assessoramento de Juiz de Direito, PJ-FC, PJ-01, a pedido da Juíza de Direito Dra. Riza Aparecida Nery (Portaria nº 1870/2020-SEI).

Exonerando:

- Jarbas Leandro Ferreira, PJPI 27.485-2, Oficial Judiciário D, especialidade Oficial Judiciário, efetivo da comarca de Viçosa, a partir de 09/03/2020, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Juiz, PJ-AS-04, PJ-51, da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da comarca de Viçosa, a pedido da Juíza de Direito Dra. Rosângela Fátima de Freitas (Portaria nº 1884/2020-SEI);
- Mara de Oliveira e Sousa, PJPI 24.292-5, a pedido, a partir de 06/03/2020, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Juiz, PJ-AS-04, PJ-51, da 4ª Vara de Sucessões e Ausência da comarca de Belo Horizonte (Portaria nº 1693/2020-SEI);
- Valéria Teixeira Costa, PJPI-6790-0, Oficial Judiciário B, especialidade Oficial Judiciário, efetiva da comarca de Divinópolis, a partir de 09/03/2020, do cargo em comissão de Gerente de Secretaria, PJ-CH-01, PJ-77, com lotação na 2ª Vara Cível da comarca de Divinópolis (Portaria nº 1877/2020-SEI).

Nomeando:

- Gabriela Aparecida Rodrigues Neves, PJPI-15467-4, Oficial Judiciário C, especialidade Oficial Judiciário, efetiva da comarca de Divinópolis, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Secretaria, PJ-CH-01, PJ-77, com lotação na 2ª Vara Cível da comarca de Divinópolis (Portaria nº 1879/2020-SEI);
- Karina Carvalho Santana para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Juiz, PJ-AS-04, PJ-51, mediante indicação da Juíza de Direito Dra. Naiara Leão Rodrigues Saldanha, que responde pela 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da comarca de Capelinha (Portaria nº 1866/2020-SEI).

Tornando sem efeito a exoneração da servidora Thaís Duque Maia, PJPI 30.740-5, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Juiz, PJ-AS-04, PJ-51, da comarca de Bom Sucesso, publicada em 07/01/2020 (Portaria nº 1893/2020-SEI).

ATOS DA JUIZA AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA, DRA. ROSIMERE DAS GRAÇAS DO COUTO, REFERENTES À SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Processo SEI n.º: 0016341-69.2020.8.13.0000

Processo SISUP: 097/2020

Número da Contratação Direta: 005/2020

Assunto: Inexigibilidade de Licitação

Embasamento Legal: Art. 25, *caput*, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Objeto: Pagamento de honorários referente aos trabalhos desempenhados como membro titular da comissão examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de Minas Gerais - Edital nº 01/2020.

Favorecido: Victor de Mello e Moraes

Valor estimado: R\$ 55.043,52 (cinquenta e cinco mil quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

Vigência: 36 (trinta e seis) meses.

Nos termos do art. 26 da Lei Federal n.º 8.666/93, ratifico a inexigibilidade de licitação visando à contratação direta de Victor de Mello e Moraes para pagamento de honorários referentes aos trabalhos como membro titular da comissão examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de Minas Gerais - Edital nº 01/2020. Declaro, ainda, em cumprimento ao disposto no art. 16, II, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, na qualidade de Ordenador de Despesas, que o dispêndio mencionado acima apresenta adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Publique-se.

Belo Horizonte, 09 de março de 2020.

Rosimere das Graças do Couto
Juíza de Direito Auxiliar da Presidência

Processo SEI n.º: 0016315-71.2020.8.13.0000

Processo SISUP: 099/2020

Número da Contratação Direta: 004/2020

Assunto: Inexigibilidade de Licitação

Embasamento Legal: Art. 25, *caput*, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Objeto: Pagamento de honorários referente aos trabalhos desempenhados como membro titular da comissão examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de Minas Gerais - Edital nº 01/2020.